Aprovo.

Digitally signed by Maria João Paula Lourenço
DN: c=PT, o=Secretaria-Geral do Minist Trab Solidariedade e Seg Social, cn=Maria João Paula Lourenço
Date: 2022.02.14 09:59:03 Z

**PROCEDIMENTO 7/SGMTSSS/POISE/2022**

# Aquisição de Serviços de Desenvolvimento e Manutenção Evolutiva para uma Ferramenta Interativa para Análise de Reembolsos – FIAR no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)

## Concurso Público

## CADERNO DE ENCARGOS

## Índice


PARTE I ..... 4
CLÁUSULAS JURÍDICAS ..... 4
CLÁUSULA 1.ª ..... 4
OBJETO DO CONTRATO ..... 4
CLÁUSULA 2.ª ..... 4
CONTRATO ..... 4
CLÁUSULA 3.ª ..... 5
PREÇO BASE ..... 5
CLÁUSULA 4.ª ..... 6
PREÇO CONTRATUAL ..... 6
CLÁUSULA 5.ª ..... 6
CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO ..... 6
CLÁUSULA 6.ª ..... 7
CAUÇÃO ..... 7
CLÁUSULA 7.ª ..... 8
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ..... 8
CLÁUSULA 8.ª ..... 8
GESTOR DO CONTRATO ..... 8
CLÁUSULA 9.ª ..... 8
OBRIGAÇÃO DE SIGILO ..... 8
CLÁUSULA 10.ª ..... 9
CLÁUSULA ARBITRAL E FORO COMPETENTE ..... 9
CLÁUSULA 11.ª ..... 9
COMUNICAÇÕES NOTIFICAÇÕES ..... 9
CLÁUSULA 12.ª ..... 10
CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL ..... 10
CLÁUSULA 13.ª ..... 10
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL ..... 10
PARTE II ..... 11
CLÁUSULAS TÉCNICAS ..... 11
CLÁUSULA 14.ª ..... 11
DESCRIÇÃO TÉCNICA DA SOLUÇÃO E DO CONTRATO ..... 11
CLÁUSULA 15.ª ..... 15

**REQUISITOS MÍNIMOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO** ..... **15**
**CLÁUSULA 16.ª** ..... **17**
**ACEITAÇÃO DE RESULTADOS** ..... **17**
**CLÁUSULA 17.ª** ..... **17**
**ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO** ..... **17**
**CLÁUSULA 18.ª** ..... **18**
**MODO E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS** ..... **18**
**CLÁUSULA 19.ª** ..... **18**
**MORA DO ADJUDICATÁRIO** ..... **18**
**CLÁUSULA 20.ª** ..... **19**
**PENALIDADES CONTRATUAIS** ..... **19**
**CLÁUSULA 21.ª** ..... **20**
**RESOLUÇÃO CONTRATUAL** ..... **20**
**CLÁUSULA 22.ª** ..... **21**
**EFEITOS DA RESOLUÇÃO** ..... **21**
**CLÁUSULA 23.ª** ..... **21**
**FORÇA MAIOR** ..... **21**
**CLÁUSULA 24.ª** ..... **22**
**DESPESAS** ..... **22**
**CLÁUSULA 25ª** ..... **23**
**ALTERAÇÕES AO CONTRATO** ..... **23**

## PARTE I

## CLÁUSULAS JURÍDICAS

### Cláusula 1.ª

### Objeto do contrato

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas aplicáveis à relação jurídica a estabelecer entre a Entidade Adjudicante e a Entidade Adjudicatária, na sequência do presente concurso público, que tem por objeto a ***Aquisição de Serviços de Desenvolvimento e Manutenção Evolutiva de uma Ferramenta Interativa para Análise de Reembolsos – FIAR no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE),*** para => Simplificar e Modernizar o processo => de análise física e financeira dos pedidos de reembolso nas => tipologias da Formação Modular (1.08 e 303) com a criação de alguns automatismos para aliviar a carga de trabalho dos técnicos de análise nos termos melhor definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.

### Cláusula 2.ª

### Contrato

1- A adjudicação é formalizada com a notificação da decisão de adjudicação obrigando-se a Entidade Adjudicatária a entregar toda a documentação necessária para a celebração do contrato, dentro do prazo referido na respetiva notificação de adjudicação.

2- O contrato será celebrado por escrito no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a aceitação da minuta do contrato pela Entidade Adjudicatária.

3- Fazem parte do presente contrato:

a) Os suprimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
c) O caderno de encargos;
d) A proposta adjudicada;
e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela Entidade Adjudicatária.

4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.

5- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado no contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo Primeiro Outorgante e aceites pelo Segundo Outorgante, conforme dispõe o n.º 6 do artigo 96.º e de acordo com o disposto nos artigos 99.º e 101.º do Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 3.ª**

**Preço base**

1- O preço base do presente procedimento é de **74.932,50€ (setenta e quatro mil novecentos e trinta e dois euros e cinquenta cêntimos),** ao qual será acrescido o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), à taxa legal em vigor.

2 - Para cada um dos aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência, são aqui fixados os **parâmetros base** a que as propostas estão vinculadas, para além do preço base identificado no número um, determinando-se, consequentemente, a exclusão de todas aquelas cujos atributos os ultrapassem, sendo eles:

Fase I – Desenvolvimento:

- Preço unitário do Programador:

  Limite máximo por hora: **25,00€,** acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

- Preço unitário do Consultor Funcional:

  Limite máximo por hora: **50,00€,** acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

- Preço unitário do Arquiteto:

  Limite máximo por hora: **55,00€,** acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

- Preço unitário de Gestor de Projeto:

  Limite máximo: **65,00€,** acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Fase II - Manutenção

- Preço unitário do Programador:

  Limite máximo por hora: **25,00€,** acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

- Preço unitário do Consultor Funcional:

  Limite máximo por hora: **30,00€,** acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

- Preço unitário do Arquiteto:

  Limite máximo por hora: **35,00€,** acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

- Preço unitário de Gestor de Projeto:

  Limite máximo: **40,00€,** acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2- Para cada um dos aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência, **os limites máximos** a que a proposta está vinculada, determinam, consequentemente, a sua exclusão, quando termos ou condições os ultrapassem.

3 - O preço constante na proposta deverá ser indicado também em algarismos, nos termos do disposto no artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 4.ª**

**Preço contratual**

1- Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar à Entidade Adjudicatária o preço constante da **proposta adjudicada**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas, nomeadamente as despesas com deslocações, alojamento e alimentação, meios humanos, técnicos e equipamentos afetos à prestação dos serviços, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3 – Atendendo à imprevisibilidade das horas efetivamente necessárias, a entidade adjudicante só suportará as despesas das horas efetivamente realizadas, independentemente destas serem inferiores ao preço contratual.

**Cláusula 5.ª**

**Condições e prazos de pagamento**

1- A Entidade Adjudicante é exclusivamente responsável pelo pagamento da prestação dos serviços objeto do contrato.

2- As faturas só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

3- As faturas são liquidadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva receção e desde que verificados os pressupostos necessários para o efeito.

4- Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a aceitação da fatura por parte da Autoridade de Gestão do PO ISE (AG PO ISE).

5- As faturas deverão ser pagas mensalmente**, em função da folha de horas,** em conformidade com o relatório de atividades previsto no n.º 7 da cláusula 14.ª do caderno de encargos.

6- As faturas deverão ser emitidas em nome da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), com o NIF 600081966 e remetidas apenas por via eletrónica, para o seguinte endereço: gestao.institucional@poise.portugal2020.pt mencionando o número de compromisso indicado no contrato.

7- Em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias pela Entidade Adjudicante é aplicável o disposto nos artigos 299.º, 299-Aº e 326.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

8- Desde que devidamente emitidas e observado o disposto na presente cláusula, as faturas são pagas através de transferência bancária, para o IBAN a indicar pelo cocontratante.

9- O cocontratante não pode efetuar a transmissão de créditos ao abrigo de contratos de *factoring* ou proceder à cessão de créditos, sem autorização prévia da entidade adjudicante.

10- Nas condições de pagamento a apresentar pela Entidade Adjudicatária não podem ser propostos quaisquer adiantamentos.

11- Não há lugar a revisão ou a atualização do preço contratual, sem prejuízo do n.º 3 da cláusula 4.ª.

**Cláusula 6.ª**

**Caução**

1- Não é exigível a prestação de caução, considerando o preço contratual, conforme previsto no n.º 2 alínea a) do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 7.ª**

**Prazo de vigência do contrato**

1 - O contrato inicia-se com a sua outorga e tem a duração máxima **até 31 de dezembro de 2023**, sem prejuízo do cumprimento das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.

2 – O contrato cessa quando ocorrer em primeiro lugar uma das seguintes situações:

a) Esgotar o valor contratual;

b) 31 de dezembro de 2023;

c) Acordo entre as partes.

3 – A entidade adjudicante informará a entidade adjudicatária a cessação do contrato, com uma antecedência de 15 dias, sem prejuízo das imposições legais estabelecidas.

**Cláusula 8.ª**

**Gestor do Contrato**

1 – A execução do contrato é acompanhada permanentemente por um gestor do contrato designado pela Entidade Adjudicante, de acordo com estipulado no artigo 290.º-A do CCP, aquando da aprovação da minuta do contrato e por um gestor de contrato indicado pela entidade adjudicatária.

2 – O gestor do contrato exerce as funções previstas no artigo 290.º-A do CCP.

**Cláusula 9.ª**

**Obrigação de sigilo**

1- A Entidade Adjudicatária deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, relativa ou detida pela Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo do contrato, no âmbito dos serviços prestados, quer no que respeita ao PO ISE como das entidades titulares de candidaturas apoiadas, nos termos legalmente previstos, designadamente no que respeita à proteção de dados pessoais.

2- A informação e a documentação cobertas por dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3- Exclui-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que a Entidade Adjudicatária seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4- Em especial, a Entidade Adjudicatária obriga-se:

a) A respeitar a confidencialidade sobre todos os dados disponibilizados pela Entidade Adjudicante ou pelas entidades envolvidas no projeto, bem como pelas informações de carácter pessoal ou processual, não os disponibilizando a quaisquer outras entidades;

b) A remover e destruir, no final do projeto, todo e qualquer tipo de registo (magnético ou em papel) relacionado com os dados tratados e que a Entidade Adjudicante considere como de acesso privilegiado.

5- De igual forma, a Entidade Adjudicatária garante que terceiros que utilize na execução dos serviços respeitam os deveres referidos.

**Cláusula 10.ª**

**Cláusula arbitral e foro competente**

1- Qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação, validade e execução do contrato de valor igual ou inferior a € 3.740.948,23 (três milhões, setecentos e quarenta mil, novecentos e quarenta e oito euros e vinte e três cêntimos), será submetido à jurisdição do Centro de Arbitragem Administrativa, nos termos do disposto na Portaria n.º 219/2014, de 21 de outubro.

2- O Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa será competente para apreciar qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação, validade e execução do contrato cujo valor seja superior a € 3.740.948,23.

**Cláusula 11.ª**

**Comunicações notificações**

1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, aquelas devem ser dirigidas para o domicílio contratual de cada uma.

2- A Entidade Adjudicatária ou o seu representante devem informar a Entidade Adjudicante, por escrito, de qualquer mudança no respetivo domicílio contratual.

3- A alteração do domicílio contratual é comunicada à outra parte por carta registada com aviso de receção.

4- A comunicação entre as partes deve ser sempre efetuada em língua portuguesa.

**Cláusula 12.ª**

**Cessão da posição contratual**

A entidade adjudicatária não pode ceder a sua posição no contrato ou subcontratar total ou parcialmente os serviços incluídos no mesmo sem autorização prévia da entidade adjudicante

**Cláusula 13.ª**

**Legislação aplicável**

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes na legislação portuguesa.

**PARTE II**

**CLÁUSULAS TÉCNICAS**

**Cláusula 14.ª**

**Descrição técnica da solução e do contrato**

1- A prestação de serviços tem por objeto a aquisição de serviços a realizar em duas fases com as seguintes componentes:

   a. Fase I - Serviços de Desenvolvimento da Ferramenta Interativa para Análise de Reembolsos – FIAR:

      i. Componente 1 – Programador;

      ii. Componente 2 - Consultor funcional;

      iii. Componente 3 – Arquiteto;

      iv. Componente 4 - Gestor de Projeto.

   b. Fase II - Serviços de Manutenção Evolutiva e Suporte Aplicacional para a FIAR

      i. Componente 1 – Programador;

      ii. Componente 2 - Consultor funcional;

      iii. Componente 3 – Arquiteto;

      iv. Componente 4 - Gestor de Projeto.

2- Para efeitos do disposto na Fase I na alínea a) do número 1, são obrigações da Entidade Adjudicatária a prestação de serviços de desenvolvimento para criar uma Ferramenta Informática para => *Simplificar e Modernizar* o processo => de *análise física e financeira dos pedidos de reembolso* nas => tipologias da *Formação Modular (1.08 e 303)* com a criação de alguns automatismos para aliviar a carga de trabalho dos técnicos de análise. A Ferramenta Interativa para Análise de Reembolsos – FIAR é para ser utilizada no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), e terá os seguintes objetivos:

   a. O primeiro objetivo pretendido para a FIAR, será a implementação de uma solução que vise gerir os ficheiros Excel utilizados atualmente e que são usados para validar os pedidos de reembolso efetuados pelas Entidades, automatizando um conjunto de tarefas que atualmente são desempenhadas de forma manual, libertando, desta forma, os

técnicos das Unidade de Gestão Operacionais para as tarefas de análise da despesa propriamente ditas;

b. O segundo objetivo será a implementação de um motor de regras parametrizáveis para a análise dos dados físicos e da despesa apresentada pelas Entidades, de forma a garantir que são cumpridas todas as condições de elegibilidade fixadas, regras da Contratação Pública, orientações e disposições legais do Portugal 2020;

c. O terceiro objetivo será desenvolver as funcionalidades de Análise e integrar o Motor das Regras em Páginas Web, para terminar com a utilização dos ficheiros Excel;

d. Criar documentação técnica e funcional para a FIAR;

e. Formar os utilizadores da FIAR;

f. Articular e Especificar as necessidades de Base de Dados e Aplicações para Alojar a Ferramenta na Infraestrutura da Agência de Desenvolvimento e Coesão - AD&C;

g. Gerir a FIAR no local do Alojamento da Ferramenta na AZURE da AD&C ao nível da Base de dados e Aplicação;

h. A Fase I do desenvolvimento, irá terminar quando todos os requisitos inicialmente previstos estiverem desenvolvidos, testados e aceites pelo PO ISE;

i. Após a Aceitação por escrito por ambas as partes do fim da Fase I do desenvolvimento da FIAR, iniciar-se-á a Fase II da Manutenção;

j. Após decorrer o período de garantia de 1 ano, o Código Fonte da Aplicação FIAR passará para autoria de titularidade do PO ISE.

3- Para efeitos do disposto na Fase II na alínea b) do número 1, são obrigações da Entidade Adjudicatária a prestação de *Serviços de Manutenção Evolutiva e Suporte Aplicacional para a FIAR* na ótica do PO ISE, designadamente:

a) Implementação dos pedidos de correções e melhorias solicitados pelo PO ISE, após análise e ponderação conjunta dos mesmos;

b) Articulação com os Analistas designados pelo PO ISE, nomeadamente na priorização das atividades que lhe foram assignadas e reporte da execução dos pedidos;

c) Articulação técnica com os Grupos de Trabalho do POISE e AD&C;

d) Atualização da documentação técnica e funcional da Ferramenta;

e) Realização da manutenção técnica da Ferramenta no local do Alojamento na AZURE da AD&C ao nível da Base de dados e Aplicação.

4- Para efeitos do disposto nos números anteriores, os serviços devem incidir, designadamente, nas seguintes operações no domínio da inclusão social e emprego:

a) Pedidos de reembolso nas => Tipologias da Formação Modular (1.08 e 303).

5- Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, os serviços descritos na (componente 1), são obrigações da Entidade Adjudicatária a prestação de serviços de Programação à solução FIAR na ótica do PO ISE, devem respeitar os seguintes procedimentos:

a) Os pedidos efetuados pelo PO ISE devem seguir o fluxo existente, devendo ser submetidos através dos mecanismos definidos e analisados pela equipa de Assistência Técnica da FIAR em conjunto com o POISE;

b) Após a respetiva análise e ponderação conjunta no PO ISE, os pedidos devem ser encaminhados para implementação.

6- Para efeitos do disposto do n.º 1 da presente cláusula (componente 2), são obrigações da Entidade Adjudicatária a prestação de serviços de Analista à solução FIAR na ótica do PO ISE, designadamente:

a) Apoio na análise e definição de requisitos para Desenvolver e Evoluir da solução FIAR de acordo com as necessidades do PO ISE;

b) Apoio na identificação de erros, pré-análise dos mesmos e criação dos pedidos nos sistemas definidos;

c) Apoio na articulação dos pedidos pendentes e gestão de prioridades dos mesmos junto da equipa de coordenação do PO ISE;

d) Apoio na gestão dos pedidos enviados para o programador alocado exclusivamente ao PO ISE;

e) Apoio nos testes solicitados no âmbito da FIAR;

f) Preparação de pontos de situação do estado dos pedidos abertos nos sistemas definidos.

7- Para efeitos do disposto no n.º 1 da presente cláusula (componente 3), são obrigações da Entidade Adjudicatária a prestação de Serviços de Gestão de Projeto à solução FIAR na ótica do PO ISE, designadamente:

a. Aprovar e gerir o cronograma geral do projeto, verificando se tem todos os recursos disponíveis para concluir o projeto com qualidade no prazo previsto;

b. Prever e gerir os principais problemas e conflitos;

c. Gerir o âmbito do projeto, garantindo junto da entidade adjudicante que este está a ser realizado e será entregue da forma que foi aprovado;

d. Divulgar de forma transparente todas as informações do projeto que sejam requeridas pela entidade adjudicante;

e. Prever e gerir os principais riscos do projeto;

f. Desenvolver e implementar métricas para o acompanhamento e avaliação da execução do projeto;

g. Assegurar a qualidade e a excelência na hora da entrega do projeto.

8- Até ao 5.º dia de cada mês (ou dia útil imediatamente seguinte), deve ser enviado ao PO ISE um relatório de atividades com os seguintes elementos relativos às duas componentes identificadas nos números anteriores:

a) Período a que se refere o Relatório de atividades;

b) Perfil do consultor;

c) Nome do consultor;

d) Descrição do pedido;

e) Atividade desenvolvida;

f) Descrição da tarefa específica;

g) Identificação das horas consumidas por tarefa;

h) Indicação das Horas totais consumidas com gestão de conta corrente;

i) Data do relatório.

9- Os serviços descritos na presente cláusula, devem ser prestados nos dias úteis no âmbito do período de funcionamento, das 09.00H às 18:00H, **até um número máximo de 2140 horas** na totalidade da prestação de serviço.

10- As relações de trabalho que se estabeleçam entre os técnicos afetos à prestação de serviços e a Entidade Adjudicatária são reguladas pelo Código de Trabalho, ou outra legalmente aplicável (prestação de serviços).

11- As especificações macro para a Infraestrutura do projeto:

a. O Alojamento da Ferramenta será para instalar na Infraestrutura AZURE e plataforma OutSystems da AD&C;

b. Os dados que alimentam a FIAR, serão obtidos via WebServices (a desenvolver pela Assistência Técnica do POISE) que presta serviços no Sistema de Informação do Fundo Social Europeu (SI FSE);

c. A Gestão e Manutenção da Base de dados e da Aplicação FIAR, será da responsabilidade da empresa a adjudicar.

12- Os serviços indicados na presente cláusula não incluem quaisquer prestações de serviço de desenho, administração, operação e consolidação das infraestruturas de tecnologias de informação e comunicação onde a FIAR irá ser alojada (AZURE da AD&C), sendo as **2140 horas máximas** previstas distribuídas pelos perfis indicados na cláusula seguinte.

**Cláusula 15.ª**

**Requisitos mínimos da prestação de serviço**

1 - Para efeitos do disposto na cláusula anterior, a Entidade Adjudicatária obriga-se, ainda, a cumprir os seguintes requisitos mínimos:

a) Para efeitos da componente 1, afetar **um recurso com perfil de Programador**, com Licenciatura ou grau académico superior com especialização nas áreas de Sistemas de Informação, Engenharia Informática, Engenharia Eletrotécnica, Matemática, Gestão de Informação e experiência mínima de 6 meses em projetos de desenvolvimento na tecnologia OutSystems;

b) Para efeitos da componente 2, afetar **um recurso com perfil de Consultor Funcional**, com Licenciatura ou grau académico superior com especialização nas áreas de Economia, Gestão,

Informática ou similar e mais de 3 anos de experiência profissional em projetos de definição funcional e estratégica de sistemas de informação.

c) Para efeitos da componente 3, afetar **um recurso com perfil de Arquiteto,** com Licenciatura ou grau académico superior com especialização nas áreas de Sistemas de Informação, Engenharia Informática, Engenharia Eletrotécnica, Matemática ou Gestão de Informação, com experiência mínima de 5 anos no desenvolvimento e implementação de sistemas de informação e mínimo de 1 ano de experiência em desenvolvimento em plataforma OutSystems.

d) Para efeitos da componente 4, afetar **um recurso com perfil de Gestor de projeto**, com Licenciatura ou grau académico superior com especialização nas áreas de Sistemas de Informação, Engenharia Informática, Engenharia Eletrotécnica, Matemática, Gestão de Informação e experiência igual ou superior a 10 anos em projetos de desenvolvimento e implementação de sistemas de informação.

2 - Qualquer alteração da equipa inicialmente afetos à prestação de serviço deverá ser comunicada com uma antecedência mínima de 30 dias, estando condicionada à anuência expressa da entidade adjudicante em função do cumprimento dos requisitos mínimos previstos na presente cláusula, salvo quando solicitada pela Autoridade de Gestão do PO ISE.

3- A Entidade Adjudicatária obriga-se a comunicar, no prazo de 10 (dez) dias, à Entidade Adjudicante o início ou a iminência de qualquer processo judicial ou extrajudicial que possa conduzir à sua declaração de insolvência, a providência análoga à insolvência ou à sua extinção, bem como a verificação de qualquer outra circunstância que objetivamente possa perturbar a execução do contrato.

4- A Entidade Adjudicante e a Entidade Adjudicatária obrigam-se a comunicar entre si, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do conhecimento, a ocorrência de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de quaisquer obrigações contratuais.

5- Em tudo o que o Caderno de Encargos e os elementos que dele fazem parte integrante não regularem, a Entidade Adjudicatária, na execução dos trabalhos contratados, sujeitar-se-á aos procedimentos internos definidos pelo PO ISE, orientações do PO ISE, legislação, regulamentação e normalização portuguesa e comunitária em vigor.

6- A título acessório, a Entidade Adjudicatária fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer, à sua responsabilidade, a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e

adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

**Cláusula 16.ª**

**Aceitação de Resultados**

No caso de verificação da conformidade da prestação de serviços, no final do prazo de vigência contratual, deve ser emitida uma Declaração de Aceitação pela Autoridade de Gestão do PO ISE.

**Cláusula 17.ª**

**Acompanhamento da execução do contrato**

1- Para o acompanhamento da execução do contrato será constituído um grupo permanente de monitorização, composto por dois elementos do PO ISE, cabendo a um desses elementos a coordenação do grupo, pelo Gestor do Contrato, pelo Gestor do projeto enquanto representante da Entidade Adjudicatária e por um representante da AD&C.

2- A qualquer momento podem ser efetuadas reuniões entre a equipa da entidade adjudicatária e o grupo de monitorização da execução do contrato, sem prejuízo de eventual periodicidade prevista no n.º 6 da cláusula 18.º.

3- O elemento do PO ISE que venha a ser designado como coordenador do grupo de acompanhamento garante toda a interlocução com as equipas da entidade adjudicatária, em articulação, sempre que necessária, com a AD&C, podendo para tal desencadear, entre outras iniciativas, reuniões de monitorização e ações de verificação da qualidade dos serviços prestados incluindo acompanhamento concomitante.

4- O PO ISE pode aceder, a todo o momento, a qualquer documento considerado relevante para o acompanhamento dos trabalhos, bem como proceder à reprodução de todos os documentos que julgue necessários, salvo disposição legal em contrário.

5- Todos os documentos técnicos produzidos no âmbito da prestação de serviços estão sujeitos à apreciação e aprovação da Autoridade de Gestão do PO ISE.

**Cláusula 18.ª**

**Modo e local de Execução dos Serviços**

1- O início dos trabalhos é precedido de uma reunião de arranque na sequência da qual são precisados com maior detalhe a monitorização dos mesmos e os referenciais técnicos que devem ser seguidos.

2- Para efeitos das **componentes 1, 2, 3 e 4** a prestação de serviços tem lugar, em regra, nas instalações do PO ISE, sitas a esta data na Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 86, em Lisboa, ou outro a acordar pelas partes, sendo fornecidos pelo PO ISE e pela Entidade Adjudicatária, consoante necessário, os meios informáticos necessários à execução do contrato, bem como toda a documentação de suporte à prestação de serviço.

3- A prestação de serviços não cessa caso o local indicado no número anterior venha a ser alterado por força de eventual mudança das instalações do PO ISE ou da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

4- Sem prejuízo do disposto no n.º 1 devem ser realizadas reuniões mensais tendo em vista o acompanhamento dos trabalhos.

**Cláusula 19.ª**

**Mora do Adjudicatário**

1- Há mora da Entidade Adjudicatária quanto às obrigações sujeitas a prazo, nos termos do caderno de encargos ou nos casos de o mesmo ser fixado pela Entidade Adjudicante, decorrido que seja o prazo aplicável ao respetivo cumprimento sem que a Entidade Adjudicatária cumpra a obrigação a que está adstrito.

2- As situações de mora e de incumprimento definitivo por parte da Entidade adjudicatária têm, respetivamente, as consequências previstas nas cláusulas 20.ª e 21.ª.

5- Quando as penalidades aplicadas à Entidade Adjudicatária excederem o limite previsto no n.º 6 da Cláusula 20.ª, pode a Entidade Adjudicante considerar o contrato como definitivamente incumprido, designadamente para efeitos de resolução.

6- Não se aplica o disposto nos n.ºs 1 e 2 quando o atraso se deva a atos imputáveis à Entidade Adjudicante.

**Cláusula 20.ª**

**Penalidades contratuais**

1- Pelo incumprimento das obrigações previstas no presente caderno de encargos, pode ser exigida à entidade adjudicatária o pagamento de uma sanção pecuniária, num montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, que não resultem de motivos devidamente fundamentados e sujeitos a apreciação da Entidade Adjudicante, será aplicada uma penalidade diária calculada nos seguintes termos:

a) No caso de atraso na conclusão da prestação de serviços contratada, que impossibilite a emissão da Declaração de Aceitação pela Autoridade de Gestão do PO ISE nos termos previstos na cláusula 15.ª, bem como de violação dos prazos estabelecidos nos nºs 2 e 4 da cláusula 15.ª, por razões imputáveis ao Adjudicatário:

$$P = V \times A/100$$

Em que:

P = Penalidade;

V = preço contratual;

A = dias de atraso, incluindo sábados, domingos e feriados.

b) Pelo incumprimento superior a dois dias da obrigação prevista no n.º 6 da cláusula 13.ª, por razões imputáveis ao Adjudicatário:

$$P = V \times A/100$$

Em que:

P = Penalidade;

V = preço contratual;

A = dias de atraso.

2- As penalidades previstas no número anterior são cumulativas, assumindo a natureza de cláusula penal indemnizatória, sem prejuízo do direito a indemnização pelo dano excedente, no caso de existir, e consideram-se aplicadas por comunicação, por carta registada com aviso de receção, dirigida à Entidade Adjudicatária.

3- A Entidade Adjudicante notifica a Entidade Adjudicatária da intenção de aplicar as penalidades previstas no caderno de encargos, indicando os respetivos fundamentos e conferindo prazo não inferior a 10 (dez) dias para se pronunciar sobre essa intenção.

4- Findo o prazo previsto no número anterior ou apreciada a pronúncia da Entidade Adjudicatária, a Entidade Adjudicante decide sobre a aplicação de penalidades.

5- A decisão de aplicação de penalidades é notificada ao Adjudicatário, acompanhada dos respetivos fundamentos.

6- As penalidades são aplicadas até ao limite de 20% do preço contratual.

7- Quando as penalidades aplicadas à Entidade Adjudicatária excederem o limite previsto no número anterior, pode a Entidade Adjudicante considerar o contrato como definitivamente incumprido, designadamente para efeitos de resolução.

**Cláusula 21.ª**

**Resolução contratual**

1- A Entidade Adjudicante pode resolver o contrato nos seguintes casos:

a) Incumprimento pela Entidade Adjudicatária das obrigações enunciadas nas cláusulas 14.ª e 15.ª do presente caderno de encargos;

b) Se for alcançado o valor máximo de penalidades nos termos do número 7 da Cláusula 20.ª;

c) Se a Entidade Adjudicatária incorrer em situação de insolvência, liquidação, cessação de atividade ou qualquer outra situação análoga resultante de um processo de idêntica natureza;

d) Incumprimento pela Entidade Adjudicatária das suas obrigações relativamente a importâncias devidas à Administração Fiscal ou à Segurança Social, nos termos das disposições legais aplicáveis;

e) Perda pela Entidade Adjudicatária do registo de marca ou da licença de comercialização;

f) No caso de a Entidade Adjudicatária prestar falsas declarações;

g) Se a Entidade Adjudicatária ceder a respetiva posição contratual a terceiro ou celebrar qualquer subcontrato sem autorização prévia da Entidade Adjudicante;

h) Se ocorrer causa de força maior impeditiva de execução do contrato em tempo julgado útil pela Entidade Adjudicante, desde que o atraso provocado por tal circunstância seja superior a 30 (trinta) dias relativamente aos prazos aplicáveis.

2- Para efeitos do disposto na alínea h) do número anterior e sem prejuízo do disposto no n.º 1 da Cláusula 23.ª, a Entidade Adjudicatária deve comunicar à Entidade Adjudicante quais as obrigações emergentes do contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontra impedido ou dificultado por

força de tal ocorrência e as medidas que pretende pôr em prática para mitigar o impacto da referida situação e os respetivos prazos.

3- Nas situações previstas nas alíneas a), f) e h) do n.º 1, a Entidade Adjudicante notifica a Entidade Adjudicatária da intenção de resolver o contrato, indicando os respetivos fundamentos e conferindo prazo não inferior a 10 (dez) dias para o Adjudicatário se pronunciar.

4- Findo o prazo previsto no número anterior ou apreciada a pronúncia da Entidade Adjudicatária a Entidade Adjudicante decide sobre a resolução do contrato.

5- A decisão de resolução do contrato é notificada a Entidade Adjudicatária, acompanhada dos respetivos fundamentos, através do envio para o respetivo domicílio contratual de carta registada com aviso de receção, e produz efeitos a partir da data da sua receção.

6- A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba à Entidade Adjudicante nos termos gerais de direito.

**Cláusula 22.ª**

**Efeitos da resolução**

1- Em caso de resolução do contrato pela Entidade Adjudicante por facto imputável ao Adjudicatário, este fica obrigado ao pagamento de indemnização, nos termos gerais de direito.

2- O disposto no número anterior não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

**Cláusula 23.ª**

**Força maior**

1- Não podem ser impostas penalidades ou exigidas indemnizações quando a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios

internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3- Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário a ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

**Cláusula 24.ª**

**Despesas**

Correm por conta da Entidade Adjudicatária todas as despesas em que este haja de incorrer em virtude de obrigações emergentes do contrato.

**Cláusula 25ª**

**Alterações ao contrato**

As alterações ao contrato apenas são válidas se reduzidas a escrito e se assinadas pela Entidade Adjudicante e Entidade Adjudicatária.